



UMA CIDADE, SEU GINÁSIO E SUAS DESVENTURAS

A CITY, ITS SECONDARY SCHOOL AND THEIRS UNFORTUNATENESS

CAMPOS, Judas Tadeu

Professor Assistente Doutor

Instituto Básico de Humanidades

Universidade de Taubaté (UNITAU)

Endereço: Rua Monsenhor Ignacio Gioia, 36

São Luís do Paraitinga – SP – CEP 12140-000

Telefone: (12) 3671-1215

e-mail: j.t.campos@uol.com.br



RESUMO

A pesquisa procura compreender dois acontecimentos ocorridos no primeiro lustro da década de 1970 em Natividade da Serra: a criação e o funcionamento dos quatro primeiros anos do curso ginásial. Isso ocorreu de modo quase simultâneo à inundação de boa parte daquele município, provocada pela construção de barragens nos rios Paraibuna e Paraitinga, que causou o desaparecimento de sua sede, de bairros rurais, escolas e das suas melhores terras, situadas nas várzeas existentes no município, prejudicando a sua produção agropastoril. Mesmo com a construção de uma nova urbe, houve o êxodo de muitos moradores e também o esvaziamento do curso ginásial recém-criado, motivado pelo grande número de transferências para outras cidades da região. Este trabalho fundamentado em na pesquisa qualitativa, busca também resgatar a história desses dois acontecimentos, uma vez que na própria cidade não existe um texto que os registre, a não ser em documentos escolares e na memória de seus antigos habitantes.

Palavras-chave: Ginásio estadual - inundação - êxodo de moradores - reconstrução.

ABSTRACT

The search aims to understand two events that took place in de first quinquennium of the 70's decade, in Natividade da Serra City: the creation and performing of the first four years of the Secondary School. It happened almost simultaneously to the flood that invaded great part of the rural territory and the entire city, caused by a dam construction over the Paraibuna and Paraitinga rivers. This flood provoked the vanish of the town, its head office, many rural sites, schools and the best lands of the municipal district, located in cultivated plains, damaging the agriculture and cattle raising. Even with de construction of the new "city", it caused an exodus of many citizens and also the emptying of the Secondary School Course, recently created due to the great number of transferences to other cities of the region. This work search for the recovering of history of these two events, since there are no files recorded in the city, except in school documents and in the citizens' memories.

Key-words: Secondary School – inundation - population migration – rebuilding.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura compreender dois acontecimentos e a relação existente entre eles: a criação e o funcionamento dos quatro primeiros anos do curso ginásial (equivalentes aos quatro últimos anos do atual ensino fundamental) em Natividade da Serra e a quase simultânea inundação do território desse município, assim como a saga de seus moradores para a reconstrução de uma nova cidade. Ambos os fatos, que ocorreram entre os anos de 1971 e 1974, são considerados muito significativos, não apenas para os seus antigos e novos moradores, mas também, pelas suas conseqüências para a região paulista do Vale do Paraíba.

De fato, desde o final da década de 1960, os moradores de Natividade da Serra começaram reivindicar, junto às autoridades locais, providências para a criação de um ginásio estadual onde os adolescentes e jovens pudessem estudar. Até então, só as pessoas de mais posses podiam matricular seus filhos nos ginásios existentes em cidades próximas, como São Luís do Paraitinga e Taubaté. Porém, ninguém poderia imaginar que o atendimento a essa reivindicação iria coincidir com um dos maiores e mais tristes acontecimentos da história daquele município. No final de 1970, ao saber que as providências para a instalação de classes das duas primeiras séries desse curso estavam bem encaminhadas, receberam uma outra notícia, a de que suas melhores terras e toda a área de sua secular sede seriam inundadas pelas águas de duas represas a serem construídas num município vizinho.

Outra finalidade deste trabalho foi a de procurar contribuir para o resgate da história da cidade. Nos anos que seguiram à inundação muitos moradores que residiam em Natividade da Serra se mudaram para outros municípios da região, principalmente para as cidades mais industrializadas do Médio Vale do Paraíba. Assim, conforme informam moradores locais, atualmente a maioria de sua população urbana é formada por pessoas de outros lugares que ali foram residir após o surgimento da nova cidade, sendo os acontecimentos que marcaram a vida do município, no período aqui demarcado, desconhecidos pela maioria desses novos moradores.

Na realização deste trabalho foi utilizada a metodologia qualitativa, uma vez que autores como Bogdan; Biklen (1994); Fatterman (1998); Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (1998) e Chizzotti (1998; 2006), entre outros, recomendam esse caminho para as pesquisas históricas, e educacionais, pois permite uma análise rica em pormenores descritivos, relativa a entrevistas, fatos e documentos. As técnicas para coleta de dados na pesquisa de campo foram as entrevistas semi-estruturadas e informais e a análise de documentos, incluindo jornais da época. Foram entrevistados alunos, professores e pessoas que viveram os acontecimentos no

período acima delimitado e que, de alguma forma, participaram dos fatos aqui referidos. O trabalho contou também com a colaboração de moradores, de repartições públicas e da direção da escola, que disponibilizaram seus arquivos e toda sua documentação. O uso de diversos instrumentos nesta fase do trabalho é recomendado, tendo em conta que as pesquisas qualitativas se caracterizam pela utilização de múltiplas formas de investigação (QUEIROZ, 1991, ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998; THOMPSON, 2002).

2. BREVES DADOS HISTÓRICOS

Natividade da Serra está situada na sub-região do Alto Paraíba, marcada por uma paisagem montanhosa, que geógrafos, como Aziz Ab'Saber (1950, p. 60), chamam de “mar de morros”. Fica entre a Serra do Quebra-Cangalha e o alto da Serra do Mar, ao leste do Vale do Paraíba paulista. Tanto os textos de historiadores locais como publicações desde o século XIX, indicam que a formação desse município ocorreu entre os anos de 1823 e 1853. Foi iniciada quando o Coronel José Lopes Figueira de Toledo, vindo da vila de São Luís do Paraitinga, na mesma sub-região, começou a explorar uma sesmaria que havia recebido naquele local. O primeiro nome desse lugar foi a de povoação do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Natividade do Rio do Peixe, passando, a partir de 1858, a ser chamada de Nossa Senhora do Rio do Peixe. Recebeu o nome atual somente em 1944 (MARQUES & IRMÃO, 1856; 1857; LUNÉ, FONSECA, 1985; MARQUES, 1980).

No princípio, os moradores viviam de uma economia de subsistência, mas, na segunda metade do século XIX, a sua sustentação estava baseada nas plantações de café e cereais. A partir da década de 1920, essas lavouras foram sendo substituídas, em toda região valeparaibana, pela pecuária leiteira. Na década de 1970, quando ocorreram os fatos descritos nesta pesquisa, a produção de leite e de seus derivados, era a principal atividade econômica do município (GUIMARÃES, 1990).

3. O ENSINO PAULISTA: GINÁSIOS

O ensino público em São Paulo foi criado por lei provincial de 1852. Era dirigido por uma repartição denominada Inspetoria Geral de Instrução Pública, com sede na capital. Equivalia à atual Secretaria de Estado da Educação (MARQUES, 1980). Começou, a partir

dessa época, a expansão do ensino mantido pelo Governo. Em 1856 já se registra a existência de unidades escolares de primeiras letras em praticamente todas as cidades, vilas e em alguns bairros da zona rural paulista. Dá conta também da existência de professores de Latim e Francês, custeados pelo Erário, nas principais cidades paulistas (MARQUES & IRMÃO, 1856). Quem sabe, seriam as classes onde lecionavam os docentes desses idiomas os embriões que resultariam na criação dos futuros ginásios estaduais?

Na fase republicana, a Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892, foi a que primeiro organizou o ensino público no Estado de São Paulo, sendo dividido em primário, secundário e superior, embora esse último não fosse explícita e concretamente tratado. Esse dispositivo legal criou os grupos escolares (ou seja, agrupamentos de escolas num único prédio) e três ginásios, a serem mantidos pelo governo paulista. A Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893, regulamentou a lei anterior, permitindo que fosse instalado o primeiro ginásio estadual no ano seguinte. As duas leis foram sancionadas pelo governador Bernardino de Campos e pelo secretário do Interior Cesário Motta Júnior, a quem estavam subordinados os assuntos relativos à Instrução Pública (NADAI, 1987).

O primeiro ginásio estadual foi solenemente instalado na cidade de São Paulo no dia 16 de setembro de 1894; as aulas começaram no dia 19 de dezembro do mesmo ano. Além do ginásio da capital, os outros dois foram o de Campinas, instalado a 4 de dezembro de 1896 e o de Ribeirão Preto, criado pelo decreto legislativo de 27 de dezembro de 1906 e instalado a 1º de abril de 1907. Até 1930, só existiam esses três estabelecimentos ginasiais, mantidos pelo governo paulista, em todo Estado de São Paulo (NADAI, 1987; MARCÍLIO, 2005). Em depoimento no livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos” de Ecléa Bosi (2001, p. 287), dona Jovina, uma professora daquela época, conta como, na década de 1910, funcionava o ginásio instalado em São Paulo:

[...] Naquele tempo, em São Paulo só havia um ginásio, no Jardim da Luz, onde é hoje a Pinacoteca. Era o Ginásio do estado, que passou a ser Roosevelt depois. Lá se faziam as bancas para exame. Eu dava o programa de português. Dava muita leitura, sinonímia, análise de coisas nossas, *Céus e terras do Brasil*, excertos de Taunay, Euclides da Cunha; Camões era obrigatório para o exame parcelado. Os alunos com dez anos tinham completado o grupo: as bancas começavam a examinar em dezembro, mas os pais só me mandavam as crianças em fins de julho, princípios de agosto. As crianças não tinham a menor idéia de redação, descrição, reprodução. Caíam os temas: “O amanhecer”, “O entardecer”, “O seixo rolado” [...].

No que se refere ao Vale do Paraíba, de acordo com Wernet (1987) e Pesciotta (2007), as iniciativas da diocese de São Paulo – que até a primeira década do século XX abrangia essa região – e, posteriormente, da diocese de Taubaté e de congregações religiosas, foram fundados diversos estabelecimentos ginásiais como o Colégio São Joaquim, em Lorena; o Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Guaratinguetá; e o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, em Taubaté. Essas escolas, que funcionavam em regimes de internatos e semi-internatos, se tornaram renomadas e atraíram alunos até de outros estados.

Pela reforma Capanema, de 1942, o ensino secundário passou a ter uma estruturação de nível nacional e rigorosa. O País estava em pleno “Estado Novo”, sob a constituição outorgada em 1937. Essa modalidade de ensino foi dividida em dois ciclos: o primeiro denominado “ginásio”, com quatro anos de duração e o segundo ciclo, de caráter propedêutico, denominado “colégio”, de três anos, subdividido em “clássico”, que preparava para a área de Ciências Humanas, e “científico”, voltado para as chamadas Ciências da Natureza: Exatas e Biológicas (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000; MARCÍLIO, 2005).

A partir dos anos de 1950, com o crescimento das indústrias, do comércio e da abertura de novas perspectivas de mobilidade social vertical nos meios urbanos, a educação passava a aparecer para a população de classe média e de setores menos favorecidos, como o caminho natural para a ascensão social. Daí a crescente procura por matrículas no ensino secundário e o aparecimento de movimentos de pressão pela abertura de novas escolas nesse nível de ensino. Dessa forma, timidamente, o curso ginásial público também foi aparecendo no Vale do Paraíba e o governo do Estado foi instalando ginásios na região, como em Guaratinguetá e Taubaté (MARCÍLIO, 2005; PESCIOTTA, 2007). Mas em algumas cidades menores, como em São Luís do Paraitinga, foram as prefeituras que criaram esses cursos, mantidos por mensalidades pagas pelos próprios alunos, apesar de serem públicos.

O ingresso ao ginásio era precedido de um exame de admissão e a promoção de uma série para a outra dependia da obtenção da média 5 por matéria, através de provas mensais chamadas de “sabatinas” e dois exames semestrais. Para os alunos que não conseguiam essa média, havia o direito às provas escritas e orais de “segunda época”, desde contassem com 75% de frequência (PESCIOTTA, 2007). A tendência à uniformização dos diferentes tipos de escolas secundárias se concretizou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024, de 21 de dezembro de 1961 quando se organizou um núcleo comum de disciplinas obrigatórias na grade curricular (BREJON, 1976).

4. O GINÁSIO EM NATIVIDADE

Até 1970, o Grupo Escolar Figueira de Toledo, de Natividade da Serra, oferecia aos estudantes estudos só até à 4ª série do antigo ensino primário, enquanto na zona rural as classes chegavam, no máximo, até à 3ª série. Com isso, era comum os pais ali residentes mandarem seus filhos estudar na cidade. Os dos fazendeiros e lavradores remediados faziam até a 3ª série na roça e terminavam o curso primário da cidade. As crianças costumavam ficar nas casas de parentes, compadres ou mesmo de famílias amigas.

Mas, tanto na cidade como na zona rural, eram raros os alunos que podiam continuar sua escolaridade a partir da 1ª série ginásial. Somente alguns pais com situação financeira mais privilegiada ou os que davam muito valor aos estudos é que conseguiam, mesmo com sacrifícios para as suas famílias, matricular os filhos e filhas pré-adolescentes nos ginásios das cidades vizinhas. Os que não conseguiam, ficavam condenados a seguir o mesmo destino de seus ascendentes, que viveram numa sociedade quase ágrafa. Porém, esses pais e mães de condição econômica inferior, também já percebiam que estavam numa realidade marcada, cada vez mais, por uma cultura letrada.

Para resolver esses problemas os moradores de Natividade da Serra queriam a criação de um curso ginásial. E foi nesse contexto que o Ginásio Estadual de Natividade da Serra foi criado pelo Decreto nº 52.597, de 30 de dezembro de 1970, assinado pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré (A TRIBUNA, 1971). Já no dia 21 de janeiro seguinte, em sessão extraordinária, onde estava presente o prefeito Henrique Pinto Pereira, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, uma lei criando um crédito especial no valor de Cr\$ 4.000,00, equivalentes a US\$ 808,08, para cobrir as despesas que a Prefeitura teria com a instalação dessa escola. As importâncias em cruzeiros equivalentes em dólares, expressas neste texto, foram atualizadas de acordo com os valores vigentes nos meses e anos respectivos.

A festa de inauguração ocorreu no dia 6 de março de 1971, realizada no próprio estabelecimento. Entre as personalidades presentes, que assinaram um livro aberto especialmente para registrar esse fato, estão os nomes de diversas autoridades. O primeiro a assinar foi o general de brigada Dácio Vassimon de Siqueira que, quando trabalhava no Quartel de Infantaria do Exército, em Caçapava, contribuiu, com seu trabalho e prestígio, para que esta escola fosse criada. Ele foi considerado pelas autoridades locais como o principal articulador desse benefício para o município. Em sinal de agradecimento, os moradores,

através da Câmara Municipal, outorgaram a esse militar – que então já exercia outras funções no Rio de Janeiro – o título de “Cidadão Natividense”, em sessão solene realizada no mesmo dia da inauguração do ginásio. Nessa solenidade foram homenageados os deputados estaduais Alex Freua Netto, Benedito Matarazzo Sobrinho e Chaves do Amarante, que também contribuíram para a criação do curso.

Assim como nas cidades vizinhas, o curso ginásial passou a ocupar as dependências do Grupo Escolar, que ficavam vagas no período noturno. Todos os 131 candidatos que prestaram o primeiro exame de admissão foram aprovados e se matricularam. Entre os alunos matriculados no ano de 1971, o de menor idade era Lígia Aparecida de Moraes, nascida em 28 de janeiro de 1960 e, portanto, com 11 anos. O mais velho era Antônio Gregório de Almeida, de 14 de março de 1936, com 35 anos. A maior parte dos alunos havia nascido na década de 1950. Por outro lado, o grande número de alunos matriculados confirma que havia uma demanda reprimida, isto é, muitos adolescentes, jovens e até adultos de Natividade da Serra aguardavam a criação desse curso para poder continuar seus estudos.

A primeira diretora do ginásio foi Marlene Gil Rebello, tendo como professores pioneiros Benedito Monteiro Lobato (Português), Lea Maria de Mello Gouvêa Matos (Matemática), Paulino Fernandes de Castro, sucedido por Mércia Aparecida da Cunha Oliveira (Ciências), Celina Maria de Figueiredo Murta (História e Educação Moral e Cívica), Clélia Brandão Rossi (Geografia), Maria Cândida de Jesus Teixeira Leite (Francês), Cláudio César Guilherme de Toledo, sucedido por Maria Isabel Pereira de Castro (Desenho), Maria Valéria Domingues de Carvalho (Música), Isabel Barbosa Monteiro (Educação Física Feminina) e Antônio Flávio de Castro (Educação Física Masculina). Entre esses docentes, o que permaneceu mais tempo foi o de Português, que lecionou até o ano letivo de 1973.

A quase totalidade dos professores que lecionaram nos primeiros quatro anos de funcionamento do ginásio residia em Taubaté. Por isso, desde o início, os vereadores aprovaram um projeto de lei da Prefeitura destinando uma verba mensal de Cr\$ 500,00 (US\$ 96.24), para custear as despesas de viagens dos docentes.

A escola funcionou com o nome de Ginásio Estadual de Natividade da Serra somente durante o seu primeiro ano letivo, em 1971, quando foram instaladas as classes de 1ª e 2ª séries. A partir de 1972 aparece como Grupo Escolar Figueira de Toledo/Ginásio Estadual de Natividade da Serra, denominação que conservou até o ano de 1974. Com a integração dos cursos primário e secundário, a direção ficou sob a égide do professor Syllas Eduardo Pucinelli, diretor efetivo do grupo escolar. No entanto, a partir de março de 1973, ele se afastou de seu cargo para exercer as funções de Supervisor de Ensino na Delegacia de Ensino

de Taubaté, embora continuasse com seu cargo efetivo de diretor nessa escola. Sua substituta, Maria de Lourdes Satin, dirigiu a escola até o final do ano letivo de 1974.

A grade curricular, acima citada, foi estruturada com base na Lei de Diretrizes e Bases vigentes na época da instalação da escola. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BREJON, 1976) – que fixou novas diretrizes e bases para os ensinos primário, secundário (aí incluído o ginásial) e colegial, e provocou profundas modificações nas organizações administrativas e curriculares nesses níveis educacionais – só foi efetivada no Estado de São Paulo a partir do início do ano letivo de 1976, quando entrou em vigor a Lei nº 7.400, de 30 de dezembro de 1975 (RAMA, 1987), que consolidou a reforma do ensino do governo federal nas escolas paulistas. Só então as antigas 5ª, 2ª, 3ª e 4ª séries ginasiais passaram a se denominar 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do 1º grau.

5. A USINA HIDRELÉTRICA

Até o início do ano em que o ginásio estadual começou a funcionar, os habitantes de Natividade da Serra ainda tinham a esperança de que a sede do município não seria atingida pelas águas da represa. Porém, de acordo com as informações obtidas pelo deputado Benedito Matarazzo Sobrinho junto às Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) e repassadas ao prefeito Henrique Pinto Pereira, esses moradores ficaram cientes de que, na verdade, a cidade deveria ser desocupada, pois a decisão de inundá-la era “fato consumado”, como se dizia na época em relação aos atos do governo militar.

De acordo com Oliveira (2000) a construção da Usina Hidrelétrica de Paraibuna, que causou a inundação de boa parte do município de Natividade da Serra, fazia parte de um projeto que começou a ser elaborado já na década de 1950, para a regularização do Rio Paraíba do Sul, que abrangia a edificação de outras cinco barragens. A execução das represas nos rios Paraibuna e Paraitinga fazia parte desse um plano geral. Esses projetos foram realizados no período de 1964 a 1977.

A área entre as cidades de Natividade da Serra e Paraibuna foi escolhida para a construção das barragens porque nela a distância separando os dois rios não era mais do que sete quilômetros. A obra foi realizada através de um convênio entre os governos federal e dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a Light-Serviços de Eletricidade e a CESP, que foi a administradora da construção.

A primeira vez que a notícia da construção dessa represa apareceu no principal periódico da região, o diário “A Tribuna”, de Taubaté, foi como manchete de primeira página, na edição do dia 17 de junho de 1971. Ao anunciar para o mês de agosto o início das obras, o jornal finaliza a matéria afirmando:

Eis, portanto, uma notícia auspiciosa para toda a região, o que representa dizer que dentro em muito breve verá afastado o fantasma das enchentes, que tantos males causaram, com a destruição de colheitas e que muito influíram para desestimular um maior desenvolvimento da lavoura. São novas perspectivas que se abrirão para toda a região em franco desenvolvimento, graças às sadias medidas que está tomando o governo federal, com referência aos rios Paraitinga e Paraibuna (A TRIBUNA, 1971, p. 1).

Porém, em nenhum momento os problemas que seriam causados aos moradores dos municípios atingidos foram mencionados.

A barragem do Rio Paraibuna, que causou a inundação de toda a área urbana de Natividade da Serra, tem 94 metros de altura e 585 metros lineares de comprimento (A TRIBUNA, 1974, p. 1). O reservatório ocupa uma superfície de 206 Km², com perímetro aproximado de 800 quilômetros. Possui dois braços definidos, originados pela construção de duas barragens, uma no Rio Paraitinga e outra sobre o Rio Paraibuna. As águas das represas inundaram 14% dos 848 Km² da área do município de Natividade da Serra. O reservatório ainda provocou o alagamento de diversos bairros rurais. Redenção da Serra teve cerca de 70 de seu núcleo urbano submerso, mas a sede do município de Paraibuna não foi atingida. A Usina Hidrelétrica de Paraibuna entrou em operação em 1978 (OLIVEIRA, 2000). Porém, as represas não contam com escada, o que dificulta a passagem dos peixes na época da piracema.

6. A REAÇÃO DOS MORADORES

Logo após a confirmação de que a cidade seria inundada, os moradores a princípio se mostraram surpresos e perplexos. Alguns achavam que a notícia não passava de mais um boato. Mas numa sessão extraordinária realizada da Câmara Municipal, no dia 19 de setembro de 1971, o prefeito Henrique Pinto Pereira, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), confirmou a veracidade da informação. De acordo com a ata dessa sessão, o prefeito, solicitou que os vereadores firmassem posição pela mudança do núcleo urbano para outro local ou simplesmente deixassem que o município se extinguisse.

[...] Ao final, após grandes debates, levantados todos os problemas e estudados, a Câmara Municipal firmou, por unanimidade dos vereadores, compromisso oficial e público de que era favorável à construção de uma nova cidade e sua posição sem condições de ajuda ao executivo a desempenhar tão alta missão. Ficou ainda certa uma nova reunião de esclarecimento ao povo dos problemas em foco (fls. 24).

Tudo indica que essa sessão da Câmara Municipal foi uma das mais importantes da história do município, uma vez que ali se decidiu o futuro de Natividade da Serra.

A sessão seguinte da Câmara Municipal se realizou em praça pública, no dia 26 de setembro de 1971. Durante toda a reunião, o prefeito, os vereadores e convidados especiais levaram ao conhecimento do povo a complexidade dos problemas, desde as indenizações, construção da nova sede, a chegada das águas, planos e estudos a serem executados, bem como qual seria a participação das autoridades municipais e da própria população em cada fase dos acontecimentos.

Nos dias e meses seguintes, os jornais de Taubaté continuaram a noticiar a obra, sempre com um viés favorável à iniciativa do governo federal, enfatizando o quanto as duas represas seriam importantes para o “Vale Industrial do Paraíba”, como a região era ufanisticamente chamada na época. O País vivia a fase do “milagre brasileiro” e o “destino manifesto da nação”, seria o de se tornar uma grande potência mundial. E o Ato Institucional nº 5 estava em pleno vigor (GERMANO, 2005).

Talvez por isso, em nenhum momento, os periódicos mencionaram os problemas que as represas poderiam causar aos municípios que seriam atingidos pelas águas nem comentaram a precariedade ou ausência de medidas oficiais de ajuda às populações atingidas, assim como o baixo valor pago pelas indenizações. Uma matéria do jornal “A Tribuna”, de Taubaté, do dia 21 de dezembro de 1973, menciona a inquietação dos moradores, que se sentiam desamparados com a ausência ou a lentidão de medidas governamentais de auxílio e, ainda, a insatisfação com o baixo valor a ser pago pelas indenizações. E finaliza com uma quase advertência ou quase ameaça, em face de uma possível rebeldia:

[acredita-se que] uma vez indenizados, os proprietários da zona rural e da zona urbana do município tranquilamente deixarão suas casas, havendo compreensão e confiança nas autoridades da União e do Município. O atual prefeito municipal de Natividade da Serra, Sr. Octacílio Fernandes da Silva, pertence à ARENA e está integrado na Revolução de 1964 (A TRIBUNA, 1973, p. 1).

No entanto, desde 1972, diversas autoridades estaduais, como o presidente da CESP (e ex-governador) Lucas Nogueira Garcez, passaram a visitar Natividade da Serra, procurando explicar como seriam os acontecimentos vindouros e fazendo promessas de ajuda para a construção de uma nova cidade. O livro de atas de reuniões da Câmara Municipal registra as propostas apresentadas. Algumas eram patéticas, como a feita em 1972 por dois representantes do escritório de Taubaté do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE): questionados pelo vereador Syllas Eduardo Pucinelli sobre a situação de completo desamparo em que ficariam as famílias pobres do município, “responderam vagamente, dizendo que talvez se desapropriasse uma área em Taubaté, para abrigar essas famílias” (fls. 50 a 54).

Nas eleições realizadas em 15 de novembro de 1972, o candidato a prefeito Octacílio Fernandes da Silva (ARENA) derrotou o da oposição, o vereador Syllas Eduardo Pucinelli (MDB), que também era o diretor das duas escolas – grupo escolar e ginásio estadual – integradas numa só unidade.

Em março de 1973, sendo prefeito Octacílio Fernandes da Silva, os vereadores aprovaram o projeto de lei que desapropriou uma área de terra para a construção da nova sede do município. Foram 10 alqueires, divididos em 427 lotes, situados a dois quilômetros da cidade, e que seriam distribuídos aos moradores. Mas as providências para a construção da nova urbe só se efetivaram a partir de 8 de setembro – dia da padroeira de Natividade da Serra – quando, com a presença do bispo diocesano de Taubaté dom Francisco Borja do Amaral, colocaram uma cruz de madeira no local mais alto do loteamento. Esse ato e esse dia passaram a ser considerados como os marcos referenciais de fundação da nova cidade. Para construir suas casas, os moradores, principalmente os de menor renda, procuraram aproveitar ao máximo o material retirado de suas antigas moradias (A TRIBUNA, 1973, p. 1).

Mas nem a Natureza parecia ajudar os moradores. Na madrugada do dia 16 de janeiro de 1974, uma tromba d’água atingiu Natividade da Serra, transbordando o Rio do Peixe, que atravessava a velha cidade, causando grandes prejuízos e deixando essa urbe sem comunicação rodoviária com outros municípios. A inundação obrigou seus habitantes – muitos deles desabrigados pela destruição causada pela chuva – a apressar a mudança para a cidade nova, que nessa ocasião já contava com 170 casas, sendo 104 cobertas e 66 com as obras iniciadas (A TRIBUNA, 1974, p. 1).

No entanto, os moradores não contavam com qualquer infra-estrutura, como água, esgoto e iluminação. Apenas com cacimbas e fossas sépticas nos seus quintais, feitas por eles próprios. Até essa data, a única providência do governo estadual havia sido o pagamento, com

fundos federais, da primeira parcela de indenizações dos bens públicos do município, no valor de Cr\$ 1.900.000,00 (US\$ 305.466,24). Ainda restariam Cr\$ 300.000,00 (US\$ 48.231,51) a serem pagos. A igreja matriz era o único edifício que ainda não havia sido demolido na cidade velha, uma vez que a Cúria Diocesana de Taubaté não aceitara a indenização de Cr\$ 500.000,00 (US\$ 80.385,85) oferecida pelo governo. No dia 9 de julho foram inaugurados o prédio da Prefeitura e o serviço de iluminação e em outubro foi assinado o convênio com uma empresa de engenharia de Taubaté para a construção do serviço de água e esgoto (A TRIBUNA, 1974, p. 1).

Na cidade nova a escola, com todos os alunos do grupo escolar e do ginásio, foi transferida para um precário rancho de madeira e foram reservadas áreas para a construção de um novo prédio escolar e outras repartições públicas.

7. CONSEQUENCIAS PARA O GINÁSIO

Desde o início do funcionamento do ginásio, em 1971, à medida que os anos se sucediam e a inundação se aproximava, o número e a porcentagem de alunos do curso ginásial transferidos para outras localidades foram aumentando gradativamente, conforme os moradores se sentiam ameaçados. No final desse ano, dos 133 alunos matriculados inicialmente – a escola recebeu apenas duas transferências – somente um (0,8%) se transferiu para outra cidade. No ano seguinte (1972), cinco alunos (5,5%) se mudaram para outras escolas, em outras urbes. A escola ficou, então, com 91 matrículas. Nos dois primeiros anos, os documentos da escola não registram evasão. Em 1973 apenas um aluno se evadiu, mas as transferências foram 22 (30,6%), ficando as classes de 1^a à 4^a séries do curso ginásial reduzidas para 72 matrículas. Já em 1974, ano em que a cidade foi inundada e a escola transferida para a nova urbe, não se registram desistências, mas ocorreram 12 transferências (34,3%) e o curso ficou reduzido a 35 alunos.

Note-se que os documentos não registram as evasões e as transferências ocorridas durante as férias escolares, isto é, no interstício entre os períodos letivos, o que explicaria a diferença de 58 alunos a menos, entre os matriculados no início de 1971 e os que iniciaram o ano de 1974, mesmo descontados os que foram reprovados, desistentes e transferidos.

Na época, era costume da administração das escolas não se cancelar as matrículas dos alunos desistentes e após o final do ano letivo somá-las às reprovações. Isso, talvez, explique a quase inexistência de evasões no quadro abaixo, resultado de uma tabulação de dados

extraídos dos livros de Matrículas e de Atas de Resultados Finais do período em questão. Por outro lado, essa medida adotada pelas escolas, que acabava camuflando os dados de evasão, foi constatada pelo pesquisador Sérgio Costa Ribeiro (1991), num artigo que teve grande repercussão na época de sua publicação e acabou influenciando na formulação das futuras avaliações institucionais.

Fernandes e Gremaud (2009), comentando as formas de avaliação anteriormente existentes no País, como as relatadas nesta pesquisa, afirmam que as do aprendizado eram restritas às salas de aulas, a partir de exames elaborados pelos próprios professores. Já as institucionais, como atualmente são compreendidas, não faziam parte das preocupações dos dirigentes dos sistemas educacionais:

O principal objetivo [das avaliações] era verificar se os estudantes possuíam condições de avançar no sistema. Aqueles que não atingissem um padrão predeterminado eram considerados não aptos e eram reprovados, e tal fato não era visto como de responsabilidade do professor ou da escola. Avaliações de escolas tampouco eram incomuns. Nesse caso, no entanto, elas se restringiam a averiguar as condições de funcionamento das escolas, se os professores cumpriam suas obrigações funcionais, se os currículos ministrados eram adequados, etc., ou seja, limitava-se a avaliar insumos e processos (Ibid., p. 218).

De qualquer forma, dos 133 alunos no início da 1ª série ginásial, apenas 35 estavam matriculados quatro anos depois, no final do curso, ou seja, 26,3% das matrículas iniciais. Em outras palavras, durante esse período, 30% se transferiram para escolas de outros municípios, 54 % foram reprovados ou evadidos, sendo que apenas 14% dos alunos conseguiram terminar o ginásio.

Tabela 1: Movimentação de alunos no período de 1971 a 1974

| <i>Ano</i> | <i>Aprovados</i> | <i>Reprovados</i> | <i>Desistentes</i> | <i>Transferidos</i> | <i>% de Transferidos</i> | <i>Soma</i> |
|-------------|------------------|-------------------|--------------------|---------------------|--------------------------|-------------|
| 1971 | 92 | 40 | - | 1 | 0,8 | 133 |
| 1972 | 71 | 15 | - | 5 | 5 | 91 |
| 1973 | 37 | 12 | 1 | 22 | 30,6 | 72 |
| 1974 | 19 | 4 | - | 12 | 34,3 | 35 |

Fontes: Livros de Matrículas e de Atas de Resultados Finais.

Já a diminuição de alunos era um reflexo do êxodo de habitantes de Natividade da Serra, causado pela enchente. De acordo com dados de 1970, quando os moradores ainda duvidavam ou tinham alguma esperança de que as águas das represas não os atingiriam, a população do município era de 10.039 pessoas, sendo 1.405 residentes na cidade e 8.634 na zona rural. Após dez anos, em 1980, mesmo depois que a pior parte do drama do município havia passado e a nova cidade estava consolidada, os números mostram os efeitos da enchente: a população urbana aumentou em 535 moradores, registrando 1.940 habitantes, enquanto os residentes na zona rural haviam diminuído brutalmente: 4.994, ou seja, caíram quase pela metade. A população total de Natividade da Serra era de apenas 6.934 pessoas, ou seja, 3.105 a menos do que há 10 anos antes. Paradoxalmente, foi em 1970 que, segundo Eunice Durhan (1973), a população urbana brasileira (52 milhões), excedeu a rural (41 milhões).

Num local de topografia montanhosa, as águas haviam inundado quase todas as várzeas de Natividade da Serra, justamente as áreas que eram utilizadas para as atividades agropastoris. Em outros termos, foi a inundação que expulsou os moradores de suas moradias e provocou a evasão dos estudantes do ginásio.

Tabela 2: A população de Natividade da Serra

| 1970 | | 1980 | |
|--------|-------|--------|-------|
| Urbana | Rural | Urbana | Rural |
| 1.405 | 8.634 | 1.940 | 4.994 |
| 10.039 | | 6.934 | |

Fonte: CESP e Fundação SEADE (*apud* Oliveira (2000)).

Em todas as escolas existe um livro denominado Termo de Visitas para que as autoridades do sistema de ensino registrem as impressões de suas passagens pela unidade de ensino e deixem instruções a respeito de procedimentos didáticos e administrativos que porventura devam ser adotados. Durante a pesquisa, foram lidos todos os termos escritos no período de 1971 a 1974, quase todos escritos por supervisores de ensino, cargos que na época eram chamados de inspetores escolares. Mas, somente no dia 6 de dezembro de 1973 é que, pela primeira vez, se mencionou a inundação do município. A partir dessa data e, principalmente, durante o ano de 1974, foi que o assunto se tornou predominante na preocupação das autoridades escolares da região. Em cada termo de visita elas relatam as providências a serem ou já tomadas para mudança das escolas urbana e rurais.

Nas leituras, fica clara a importância da participação da Prefeitura em todo esse processo. Foi o governo municipal que construiu o barracão de madeira onde a escola passou a funcionar na cidade nova e demoliu o prédio da sede do município, quando boa parte da cidade já estava inundada. Dos relatos das próprias autoridades escolares registradas nesse livro, conclui-se que a única ajuda dada pelo governo estadual foi o fornecimento de um caminhão para transporte do material escolar permanente considerado excedente para a Divisão Regional de Ensino, em São José dos Campos.

Por meio desses “termos de visitas”, fica-se sabendo também que o barracão antes mencionado, tinha quatro salas de aulas e duas pequenas dependências administrativas, consideradas suficientes pelos inspetores. Com isso, o ano letivo de 1974 começou apenas nos primeiros dias de abril. Para compensar o atraso, foi abolido o intervalo de recreio, a fim de se atingir as 720 horas, então obrigatórias para as classes de 1ª à 4ª séries ginasiais. Foi nesse local que se formaram os 19 alunos da primeira turma do curso ginasial de Natividade da Serra. Como já mencionado, isso representava apenas 14% dos 133 esperançosos alunos que haviam se matriculado quatro anos antes.

8. CONCLUSÃO

Quando o governo criou o ginásio estadual, atendendo a aspiração dos moradores de Natividade da Serra, que desejavam que seus adolescentes e jovens pudessem continuar os estudos na própria cidade – e não mais precisassem se mudar para outros municípios ou então abandonar a vida escolar – cerca de 10% dos moradores da zona urbana se matricularam nesse curso. Ou seja, a população correspondeu ao ato administrativo oficial. Mas como este texto procurou mostrar, a construção da barragem dos rios Paraibuna e Paraitinga causou um efeito contrário ao que a população desejava, pois o progressivo esvaziamento demográfico que se seguiu ao início do enchimento das barragens, levou os alunos a abandonar os estudos ou a se mudar para outras cidades. Assim como era antes da instalação do ginásio.

Um fator que parece ter contribuído para esse esvaziamento foi o virtual abandono dos moradores pelas autoridades estaduais e federais. Nos primeiros anos da construção da cidade nova nenhum prédio público foi construído por esses entes governamentais. Ao contrário, era o município que socorria as emergências educacionais locais, providenciando transporte de material permanente, demolição de escolas das zonas rurais e urbanas e até a construção do prédio de madeira onde a escola passou a funcionar, após se mudar para a nova sede do

município. As autoridades educacionais que visitavam a localidade se limitavam a apresentar lamentações e cobrar ações da Prefeitura. E como se viu, até o valor das indenizações foram considerados insuficientes pelos moradores e até pelo clero diocesano, para cobrir as despesas que teriam com as mudanças compulsórias. Fica evidente que tudo isso teve um impacto negativo sobre o funcionamento da escola, como ficou demonstrado acima pelo número de abandonos e transferências de alunos do curso ginásial.

De outra parte, a segunda finalidade do trabalho, a de contribuir para o resgate da história da cidade e dos acontecimentos da época, tendo como fio condutor a criação do ginásio estadual, foi realizada com a organização de um caderno com dados recolhidos durante a pesquisa de campo. Essa apostila, com 85 páginas, foi escrita em linguagem jornalística, de fácil leitura. Cópias da mesma foram entregues na Escola Estadual Figueira de Toledo, na Secretaria Municipal de Educação e no Centro Cultural, onde existe uma pequena biblioteca pública. A intenção é que esses dados se tornem eventuais fontes de consultas, tanto para os novos moradores como para os estudantes em seus trabalhos escolares. Como afirma Thompson (2002, p. 21), “por meio da história local, uma aldeia, uma cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história”.

Os últimos dois prédios demolidos na velha Natividade da Serra foram a escola e a igreja matriz. No início de agosto de 1974, a obra de destruição estava terminada. O Rio do Peixe também acabou desaparecendo, tragado pelas águas da represa. Nos primeiros dias de setembro, quando se comemorava o primeiro aniversário da nova urbe, toda área onde existiu a cidade antiga estava debaixo de um grande lago.

REFERÊNCIAS

AB'SABER. A. N. **A Serra do Mar e a Mata Atlântica**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 4, p. 60-69, 1950.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

A TRIBUNA. **Criado um Ginásio Estadual em Natividade da Serra**. Taubaté, 3 jan. 1971, p. 1.

A TRIBUNA. **Barragens dos rios Paraitinga e Paraibuna começarão em agosto.** Taubaté, 17 jun. 1971, p. 1.

A TRIBUNA. **Erigida cruz de madeira na nova Natividade.** Taubaté, 18 set. 1973, p. 1.

A TRIBUNA. **Ressurge a cidade de Natividade da Serra.** Taubaté, 21 dez. 1973, p. 1.

A TRIBUNA. **Barragem, água e enchentes, o drama de Natividade da Serra.** Taubaté, 18 jan. 1974, p. 1.

A TRIBUNA. **Natividade é inundada já e Redenção até o final do ano.** Taubaté, 20 jan. 1974, p. 1.

A TRIBUNA, **Natividade está reconstruída, mas espera ajuda oficial.** 18 jun. 1974, p. 1.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto (Portugal): Porto, 1994.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 9. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BREJON, M. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus:** Leituras. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. P. **Qualidade da educação:** avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, F. et alii (Orgs.) Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Campus, 2009, p. 213-238.

LUNÉ, A. J. B.; FONSECA, P. D. **Almanak da Província de São Paulo para 1873.** São Paulo: IMESP (edição fac-similar), 1985.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, M. M. **A invasão mineira do Vale do Paraíba**. Leite B, São Paulo, 44, p. 12-30, mar., 1990.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Instituto Braudel; Imprensa Oficial, 2005.

MARQUES, M. E. A. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

MARQUES & IRMÃO. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Província de S. Paulo para o ano de 1857**. São Paulo: Typographia Imparcial, 1856.

NADAI, E. **O ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1987.

OLIVEIRA, M. A. O. **Espaço, tempo e memória: construção e transformação do espaço em São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra**. 2000. 182 f., Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PESCIOTTA, N. **Algumas notas de memória do antigo ensino secundário no Vale do Paraíba**. Boletim do Instituto de Estudos Valeparaibanos, Lorena, nº 191, p. 6-7, set. 2007.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador n registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAMA, L. J. S. **Legislação do ensino: uma introdução ao seu estudo**. São Paulo: EPU, 1987.

RIBEIRO, S. C. **A pedagogia da repetência**. Estudos Avançados - Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, nº 12, v. 5, p. 7-21, 1991.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WERNET, A. **A igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA. Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias, dos períodos de 1967 a 1972 e de 1972 a 1978.

EE FIGUEIRA DE TOLEDO, de Natividade da Serra. Livro de Atas de Resultados Finais, dos períodos de 1971 a 1982.

EE FIGUEIRA DE TOLEDO, de Natividade da Serra. Livro de Matrículas, do período de 1971 a 1978.

EE FIGUEIRA DE TOLEDO, de Natividade da Serra. Livro Termo de Visitas, do período de 1965 a 1978.

Breve currículo do autor:

Judas Tadeu de Campos é mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisador no Grupo de Pesquisa: Educação Regional: História e Políticas, do Instituto Básico de Humanidades da UNITAU e pesquisador no Grupo de Pesquisa: Políticas de Educação: Currículo (PEC), do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC-SP.

Artigo recebido em 22/9/2009

Aceito para publicação em 01/07/2010